



FAPEC

2023

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Horário: **08h**

MANHÃ

RESIDÊNCIA

Duração da prova: **4h**

Cód: **3010 a 3063**

Cargo:

Direito

INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará: a) este caderno de questões; b) um cartão-resposta e c) folha de redação.
3. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as **40 (Quarenta)** questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.
4. Verifique, no cartão-resposta, se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.

Há somente uma alternativa correta para cada questão.

Exemplo: se a alternativa correta de uma determinada questão for B, o candidato deverá preencher totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:

A	<input checked="" type="checkbox"/>	C	D	E
---	-------------------------------------	---	---	---

6. Não faça rasuras no cartão-resposta.
7. Procure responder a todas as questões.
8. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
9. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova. Os aparelhos celulares deverão estar desligados, não sendo permitido que eles toquem em nenhum momento durante a realização da prova.

**AO TERMINAR A PROVA, RETIRE SUA
ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DA CARTEIRA
E COLE AQUI**

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

01. Um estagiário do Ministério Público, estava utilizando o Windows Explorer e, sem querer, excluiu um arquivo que estava selecionado, pressionando a tecla DELETE. Assinale a alternativa que contenha a combinação de teclas que ele pode usar para recuperar o arquivo imediatamente, desfazendo a ação anterior:

- A) Alt + F4.
- B) Ctrl + C.
- C) Ctrl + V.
- D) Ctrl + X.
- E) Ctrl + Z.

02. Um estagiário do Ministério Público, redigiu um documento no Microsoft Word 365. Ao receber o documento, o superior imediato verificou que os parágrafos do referido documento não estavam justificados.

Observe a figura abaixo:



Agora responda, qual botão (para alinhamento de texto) da sequência 1, 2, 3 e 4, que formatará o parágrafo deixando o texto justificado?

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) Nenhum dos botões apresentados na figura deixará o texto justificado.

03. Sobre os conceitos básicos de Internet e correio eletrônico, assinale a alternativa que sempre existirá no endereço de e-mail:

- A) _ (underline)
- B) @(arroba)
- C) .br
- D) .com
- E) #(cerquilha)

04. Um estagiário do Ministério Público, precisa enviar um e-mail com um anexo. Assinale a única alternativa que NÃO pode ser enviada como anexo em um e-mail:

- A) Um arquivo de música.
- B) Um documento do word.
- C) Um link (endereço) de um site.
- D) Um arquivo de vídeo.
- E) Um arquivo de imagem.

05. Sobre os aplicativos voltados para Segurança da Informação, assinale a alternativa que contenha o programa que NÃO faz parte do conjunto de ferramentas antimalware existente:

- A) Antivírus.
- B) Antispyware.
- C) Antirrootkit.
- D) Antitrojan.
- E) Phishing.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DIREITO

06. Sob a ótica do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre jurisdição:

- A) a jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.
- B) a jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, bem como em Tribunais Internacionais de que o Brasil seja signatário.
- C) para postular em juízo, é necessário ter interesse, podendo a legitimidade ser suprida com a anuência do órgão ministerial.
- D) para postular em juízo, é necessário ter legitimidade, podendo o interesse ser verificado apenas na fase de execução, caso a ação seja julgada procedente.
- E) tendo ocorrido a violação do direito, não se admite ação meramente declaratória.

07. Assinale a alternativa que uma das hipóteses de litigância de má-fé previstas no Código de Processo Civil:

- A) não produzir provas e não praticar atos úteis ao processo.
- B) não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

- C) deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.
- D) ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- E) atentar contra a duração razoável do processo.

08. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a eventual responsabilização de membro do Ministério Público:

- A) o membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- B) o membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- C) o membro do Ministério Público será civil, penal e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- D) o membro do Ministério Público não será responsabilizado civil ou penalmente no exercício de suas funções, devendo eventual apuração de responsabilidade ser feita exclusivamente pela Corregedoria do órgão.

E) o membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com fraude no exercício de suas funções, sendo sua responsabilidade objetiva neste caso.

09. Segundo o Código de Processo Civil, a tutela provisória pode fundamentar-se em:

- A) urgência, evidência ou determinação do magistrado.
- B) urgência, evidência ou pedido da parte com anuência do órgão ministerial.
- C) urgência, evidência ou necessidade do administrador público.
- D) urgência ou evidência.
- E) urgência, evidência ou determinação do magistrado, com prévia oitiva das partes e do Ministério Público.

10. Assinale a alternativa que traz hipótese de julgamento antecipado do pedido, com resolução de mérito, prevista no Código de Processo Civil:

- A) houver necessidade de produção de outras provas, contudo, obtidas na fase de arbitramento.
- B) houver necessidade de produção de outras provas, contudo, obtidas na fase de liquidação da sentença.
- C) resolver questão processual pendente, bem como delimitar questões de fato e distribuição do ônus da prova.
- D) mostrar-se incontroverso.
- E) não houver necessidade de produção de outras provas.

11. Segundo o Código de Processo Civil, haverá resolução de mérito quando o juiz:

- A) indeferir a petição inicial.
- B) homologar a desistência da ação.
- C) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção; ou decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- D) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção; decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição; ou homologar a desistência da ação.
- E) verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual.

12. Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta sobre a ação penal:

- A) a representação será retratável, mesmo depois do oferecimento da denúncia.
- B) qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- C) apenas ao ofendido é permitido intentar a ação penal privada.

D) o Ministério Público pode desistir da ação penal, desde que autorizado pelo Conselho Superior.

E) qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, provas, tanto da autoria, quanto da materialidade, e, ainda, indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

13. Assinale a alternativa que traz algumas das determinantes da competência jurisdicional elencadas no Código de Processo Penal:

- A) lugar da infração; domicílio ou residência do réu; natureza da infração; distribuição; conexão ou continência; prevenção e prerrogativa de função.
- B) lugar de consumação do delito; domicílio ou residência da vítima.
- C) lugar da infração; domicílio ou residência do réu; prevenção e escolha de foro pelo julgador.
- D) lugar da infração ou de consumação do delito; domicílio ou residência da vítima.
- E) lugar da infração; domicílio ou residência do réu; natureza da infração, apenas nos crimes contra a vida; distribuição; conexão ou continência; prevenção e prerrogativa de função.

14. Assinale a alternativa que traz uma das hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa previstas no Código de Processo Penal:

- A) provada a inexistência do fato.
- B) provado não ser o acusado autor ou partícipe do fato.
- C) o fato não constituir infração penal.
- D) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- E) demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

15. Assinale a alternativa que NÃO elenca uma das causas de absolvição sumária dispostas no Código de Processo Penal:

- A) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.
- B) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade.
- C) que o fato narrado evidentemente não constitui crime.
- D) extinção da punibilidade do agente.
- E) a existência manifesta de parcialidade por parte do órgão julgador.

16. Sobre a formação da convicção do juiz, embasando-se no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- A) será formada pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

- B) mesmo com o desentranhamento dos autos, pode utilizar provas inadmissíveis, mas não as ilícitas.
- C) será formada pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, em nenhuma hipótese.
- D) poderá determinar, antes da formação de sua convicção, que as partes transacionem sobre a pena eventualmente aplicada.
- E) mesmo que tenha conhecido de prova inadmissível, o juiz pode proferir sentença.

17. Assinale a alternativa que NÃO elenca uma das hipóteses de flagrante delito trazidas pelo Código de Processo Penal:

- A) está cometendo a infração penal.
- B) acaba de cometê-la.
- C) é encontrado após diligências policiais iniciadas após a instauração do Inquérito Policial.
- D) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- E) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

18. Assinale a alternativa correta a respeito da sentença penal no processo penal:

- A) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que a situação seja mais favorável ao réu.
- B) o juiz, mesmo que modifique a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- C) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- D) o juiz, mesmo que modifique a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que a situação seja mais favorável ao réu.
- E) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que haja anuência prévia do órgão ministerial, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

19. Segundo o Código Civil, assinale a alternativa que elenca causas de cessação da incapacidade para menores:

- A) pela concessão dos pais, pelo casamento, pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau em curso de ensino superior, pelo estabelecimento civil ou comercial ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

- B) pela concessão dos pais, pelo namoro estável, pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau em curso de ensino superior.
- C) pela concessão dos pais, ou no caso de ausência destes, pelo casamento, pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau em curso de ensino médio.
- D) pela concessão dos pais ou parentes com vínculo afetivo, pelo casamento, pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau em curso de ensino superior.
- E) pela concessão dos pais, pelo casamento, pelo exercício de emprego público comissionado, pela colação de grau em curso de ensino superior.

20. Assinale a alternativa que apresenta uma das causas de morte presumida, sem decretação de ausência, prevista no Código Civil:

- A) se for extremamente provável que a pessoa está em local incerto e não sabido.
- B) desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia.
- C) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- D) desaparecendo uma pessoa do seu domicílio, mesmo que se presuma o seu paradeiro.
- E) se for reconhecida a morte encefálica de pessoa mantida respirando por auxílio de aparelhos externos de suporte à vida.

21. Assinale a alternativa que elenca bens móveis, para efeitos legais, segundo o Código Civil:

- A) os de uso comum do povo.
- B) as energias que tenham valor econômico.
- C) o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente.
- D) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- E) direito real sobre ações e o direito à sucessão aberta.

22. Assinale a alternativa que elenca bens públicos segundo o Código Civil:

- A) os de uso comum do povo, os de uso especial, os naturalmente divisíveis que podem se tornar indivisíveis pelo administrador público.
- B) os de uso privativo do povo, os de uso especial, os dominicais, os naturalmente divisíveis que podem se tornar indivisíveis pelo administrador público.
- C) os de uso comum do povo, os de uso especial, os dominicais, os que podem substituir-se por outros da mesma espécie.
- D) os de uso privativo do povo, os de uso especial, os dominicais, os que constituem universalidade de fato.
- E) os de uso comum do povo, os de uso especial, os dominicais.

23. Segundo o Código Civil, assinale a alternativa que apresenta os requerimentos para a validade do negócio jurídico:

- A) agente capaz ou representado pelo Ministério Público, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- B) agente incapaz, objeto ilícito, impossível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- C) agente capaz, objeto lícito, possível, indeterminado e forma prescrita ou não defesa em lei.
- D) agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- E) agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma aprovada previamente pelo Poder Judiciário, com parecer prévio do Ministério Público.

24. No direito das sucessões previsto no Código Civil, assinale a alternativa que apresenta uma das hipóteses de exclusão dos herdeiros ou legatários da sucessão:

- A) os que houverem sido autores de crimes patrimoniais, ou tentativa destes, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar.
- B) os que houverem sido autores de homicídio culposo, ou tentativa deste, contra pessoa de cuja sucessão se tratar.
- C) os que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.
- D) os que, por imprudência, inibirem ou obstarem o autor da herança, ou seus sucessores, de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.
- E) os que houverem sido autores de crimes sexuais, ou tentativa destes, contra pessoa de cuja sucessão se tratar.

25. De acordo com o Código Penal, considera-se praticado o crime:

- A) no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- B) no momento da ação apenas, ainda que outro seja o momento do resultado.
- C) no momento da omissão apenas, ainda que outro seja o momento do resultado.
- D) no momento da ação ou omissão, desde que seja no momento do resultado.
- E) no momento da ação ou omissão, desde que identificada de imediato o autor.

26. Sob a literalidade do Código Penal, NÃO há crime quando o agente pratica o fato:

- A) em estado de necessidade, em legítima defesa, sob violenta emoção, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.
- B) em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.
- C) em estado de necessidade, em legítima defesa, por erro sobre elemento constitutivo do tipo legal, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.
- D) em estado de necessidade, em legítima defesa, por obediência hierárquica de ordem manifestamente ilegal, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.
- E) em estado de necessidade, em legítima defesa, por erro quanto à pessoa pretendida, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.

27. Assinale a alternativa que elenca TODAS as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal:

- A) a culpabilidade, a reincidência, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.
- B) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.
- C) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade, o dolo do agente, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.
- D) a culpabilidade, os antecedentes, a reincidência, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.
- E) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade e a imputabilidade do agente, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.

28. Quanto ao instituto da retratação da representação, com base APENAS no Código Penal, assinale a alternativa correta:

- A) a representação será retratável antes do trânsito em julgado da ação penal.
- B) a representação será irretratável depois de oferecida a resposta à acusação.
- C) a representação será irretratável depois de recebida a denúncia.
- D) a representação será irretratável depois de oferecida a denúncia.
- E) a representação será retratável até o início do cumprimento de eventual sentença condenatória.

29. Assinale a alternativa que, com base no Código Penal, elenca EXCLUSIVAMENTE crimes contra o patrimônio:

- A) furto, roubo, extorsão, invasão de dispositivo informático, apropriação indébita.
- B) furto, roubo, extorsão, violação do segredo profissional, apropriação indébita.
- C) furto, roubo, extorsão, dano, apropriação indébita.
- D) furto, roubo, extorsão, sonegação ou destruição de correspondência, apropriação indébita.
- E) furto, roubo, extorsão, constrangimento ilegal, apropriação indébita.

30. Assinale a alternativa que, com base no Código Penal, elenca EXCLUSIVAMENTE crimes contra a administração pública:

- A) peculato, falsidade ideológica, corrupção passiva, prevaricação.
- B) peculato, concussão, corrupção passiva, uso de documento falso.
- C) peculato, concussão, falsa identidade, prevaricação.
- D) peculato, concussão, corrupção passiva, fraudes em certames de interesse público.
- E) peculato, concussão, corrupção passiva, prevaricação.

31. Considerando os princípios constitucionais aplicáveis ao Direito penal, assinale a alternativa correta:

- A) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- B) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu com processo em andamento, antes do trânsito em julgado.
- C) a lei penal retroagirá, mesmo que em detrimento ao réu.
- D) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar réus de crimes culposos.
- E) a lei penal não retroagirá, salvo nos casos de ação penal pública incondicionada.

32. Segundo a Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (Lei Complementar Estadual nº 72/94), são órgãos de Administração Superior do Ministério Público:

- A) o Colégio de Procuradores de Justiça.
- B) as Procuradorias de Justiça.
- C) os Grupos Especializados de Atuação Funcional.
- D) a Ouvidoria do Ministério Público.
- E) as Coordenadorias das Procuradorias de Justiça.

33. Com base na Resolução nº 53/2022-PGJ, do MPMS (Dispõe sobre o Programa de Residência Jurídica e carreiras afins no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), assinale a alternativa correta:

- A) admite-se a suspensão temporária da residência jurídica por até 1 (um) ano, sem prejuízo do pagamento da bolsa.

B) a suspensão temporária não acarretará o desligamento do residente do Programa de Residência e, ao retornar, figurará na mesma colocação na lista de candidatos do processo seletivo vigente.

C) admite-se a suspensão temporária da residência jurídica por até 6 (seis) meses, com prejuízo do pagamento da bolsa-auxílio e do auxílio-transporte, a pedido do residente e com a anuência do supervisor.

D) não se admite a suspensão temporária no Programa de Residência.

E) no período de suspensão temporária, desde que requerido pelo supervisor, resguarda-se a lotação anterior do residente.

34. Assinale a opção que elenca crimes hediondos previstos na Lei nº 8.072/90:

A) estupro, estupro de vulnerável, furto privilegiado e roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima.

B) estupro, estupro de vulnerável, extorsão mediante sequestro e epidemia com resultado morte.

C) estupro de vulnerável, extorsão simples, epidemia e roubo simples.

D) estupro, roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima e furto qualificado pelo concurso de agentes.

E) estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte, furto qualificado pelo concurso de agentes e homicídio privilegiado.

35. Conforme a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), assinale a alternativa que elenca um dos direitos do preso:

A) conservação dos objetos de uso pessoal.

B) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.

C) submissão à sanção disciplinar imposta.

D) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.

E) higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento.

36. Assinale a alternativa que contempla um dos fundamentos da República, conforme previsto na Constituição Federal:

A) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

B) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

C) garantir o desenvolvimento nacional.

D) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.

E) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

37. Assinale a alternativa correta considerando a literalidade do texto constitucional:

A) são princípios institucionais do Ministério Público a descentralização, indivisibilidade e independência funcional.

- B) o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- C) o Ministério Público tem como função institucional a promoção, com anuência e concordância da vítima, da ação penal pública incondicionada.
- D) são princípios institucionais do Ministério Público a descentralização, divisibilidade e a independência funcional.
- E) a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- C) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o acesso a estrangeiros.
- D) o direito à livre associação sindical é condicionado ao servidor aprovado no estágio probatório.
- E) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em respeito ao princípio da independência dos poderes.

38. Assinale a alternativa correta considerando a literalidade do texto constitucional:

- A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável quantas vezes forem necessárias, sempre de forma justificada e motivada pelo administrador público.
- B) a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

39. Segundo a Constituição Federal, não haverá penas de:

- A) prestação de serviços à comunidade.
- B) caráter precário.
- C) banimento.
- D) interdição de direitos.
- E) suspensão dos direitos políticos.

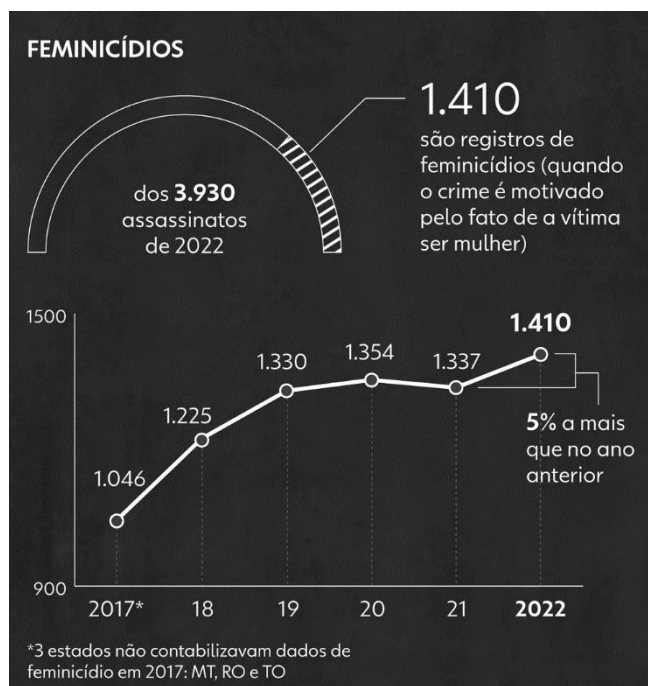
40. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos:

- A) Estados, Municípios, Territórios e do Distrito Federal.
- B) União, Estados, Municípios, Territórios e do Distrito Federal.
- C) União, Estados, Municípios e do Distrito Federal.
- D) Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- E) União, Estados e do Distrito Federal.

PROVA DISCURSIVA

Leia os textos a seguir. Lembre-se de que se tratam de textos de apoio e que eles servem como referência e motivação para a sua reflexão sobre o tema proposto em seguida. Os textos de apoio não devem ser copiados ou parafraseados, uma vez que sua redação deve ser original e escrita de modo a possuir sentido em si mesma.

TEXTO 1:



TAXAS DE ASSASSINATO

Maior

Mato Grosso do Sul
8,3 a cada 100 mil mulheres

Menor

São Paulo
1,8 a cada 100 mil mulheres



TAXAS DE FEMINICÍDIO

Maior

Mato Grosso do Sul
3,5 a cada 100 mil mulheres

Menor

Ceará
0,6 a cada 100 mil mulheres

Os dados do 4º trimestre do RJ ainda estão em fase de análise e podem sofrer alterações

g1 Infográfico atualizado em: 07/03/2023



TEXTO 2:

Campanha de combate ao feminicídio e violência doméstica e familiar contra a mulher é divulgada na Capital

Com o intuito de sensibilizar a sociedade sul-matogrossense para os altos índices de feminicídio e de violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul realizou, nesta segunda-feira (26/6), panfletagem na Avenida Afonso Pena, em Campo Grande.

A ação faz parte da campanha "Seu silêncio pode matar você", promovida pelo MPMS por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM) e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência (CAODH), com apoio da Assessoria de Comunicação do Ministério Público.

Fonte: <https://www.mpms.mp.br/noticias/> Adaptado.

Considerando as normas sobre a prova discursiva contidas no EDITAL N.º 1/2023, produza um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: **"O combate ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra a mulher"**.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A prova discursiva valerá 50,00 (cinquenta) pontos e consistirá na elaboração de texto de, no mínimo, 30 (trinta) e, no máximo, 40 (quarenta) linhas. O candidato que redigir texto que não se enquadre na quantidade mínima e máxima estabelecida anteriormente não terá sua prova discursiva corrigida e será ELIMINADO do Processo Seletivo.

A prova discursiva será aplicada juntamente com a prova objetiva e serão considerados os seguintes aspectos, conforme especificado no Anexo VIII DO Edital de Abertura, cujo texto segue transcrito:

- a) Estrutura e desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo;
- b) Organização e progressão textual;
- c) Adequação temática;
- d) Aspectos de coesão e coerência do texto; e
- e) Emprego da norma culta da língua portuguesa.

O candidato deverá preencher a prova discursiva, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

Não haverá substituição da prova discursiva por causa de erro no seu preenchimento, ficando expressamente proibida a utilização de qualquer corretivo.

Receberá nota zero na prova discursiva e será **eliminada** deste processo seletivo o candidato que:

- a) não produzir o gênero textual solicitado;
- b) fugir à temática e à tipologia propostas;
- c) apresentar, em sua prova discursiva, qualquer marca, desenho ou elemento que o identifique;
- d) não apresentar seu texto na prova discursiva;
- e) entregar a prova discursiva em branco;
- f) apresentar a prova discursiva com letra ilegível;

- g) apresentar a prova discursiva com espaçamento excessivo entre letras, palavras, linhas, parágrafos e margens;
- h) apresentar a prova discursiva desarticulada verbalmente ou com códigos alheios à Língua Portuguesa escrita;
- i) apresentar a prova discursiva apenas com números, escrita a lápis, ou com tinta em cor diferente das cores azul ou preta.
- j) empregar menos de 30 (trinta) ou mais de 40 (quarenta) linhas em seu texto.

